

INCLUSÃO E FORMAÇÃO DOCENTE: ESTRATÉGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO EQUITATIVA

LEONES, Mara Betanha Andrade¹

CARVALHO, Maria Lucilene de²

ANDRADE, Elene Ferreira³

SANTOS JUNIOR, Paulo Marreiro⁴

RESUMO

A educação inclusiva tem sido amplamente discutida como um princípio essencial para garantir o direito à educação de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas diferenças e necessidades específicas. No entanto, a implementação efetiva da inclusão ainda enfrenta desafios, especialmente no que se refere à formação docente. Este estudo tem como objetivo analisar as principais estratégias de formação de professores voltadas para a promoção de uma educação equitativa e inclusiva, identificando desafios e propostas que possam contribuir para a qualificação docente na construção de práticas pedagógicas inclusivas. A pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica integrativa, com análise de estudos acadêmicos publicados nos últimos vinte anos, extraídos de bases de dados reconhecidas, como SciELO, CAPES e Google Acadêmico. Os critérios de seleção consideraram a relevância dos estudos para a temática e sua disponibilidade em texto completo nos idiomas português e inglês. A análise dos dados foi conduzida por meio da categorização temática das principais abordagens teóricas e metodológicas presentes na literatura. Os resultados esperados indicam que, apesar dos

1 Mestranda em Educação Especial. PROFEI/IFAM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. E-mail: mara.leones.ifam.t4@gmail.com

2 Mestranda em Educação Especial. PROFEI/IFAM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. E-mail: carvalho.lucilene.ifam.t4@gmail.com

3 Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia – Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Campus Parintins. E-mail: andradeelene35@gmail.com >

4 Doutor em História Social. IFAM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. E-mail: paulomarreiro@ifam.edu.br

avanços legislativos e das diretrizes educacionais voltadas à inclusão, a formação docente ainda apresenta lacunas significativas, como a falta de uma abordagem transversal sobre inclusão nos cursos de licenciatura e a escassez de formação continuada acessível. Dessa forma, reforça-se a necessidade de estratégias formativas mais eficazes, incluindo metodologias ativas, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e o desenvolvimento de competências socioemocionais, a fim de preparar os professores para atuar de maneira mais equitativa e inclusiva no ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Formação docente; Práticas pedagógicas inclusivas; Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA); Metodologias ativas.

ABSTRACT

Inclusive education has been widely discussed as an essential principle to ensure the right to quality education for all students, regardless of their differences and specific needs. However, the effective implementation of inclusion still faces challenges, especially regarding teacher training. This study aims to analyze the main teacher training strategies aimed at promoting equitable and inclusive education, identifying challenges and proposals that can contribute to teacher qualification in building inclusive pedagogical practices. This study is characterized as an integrative literature review, analyzing academic studies published in the last ten years, extracted from recognized databases such as SciELO, CAPES, and Google Scholar. The selection criteria considered the relevance of the studies to the theme and their availability in full text in Portuguese and English. Data analysis was conducted through thematic categorization of the main theoretical and methodological approaches present in the literature. The expected results indicate that, despite legislative advances and educational guidelines aimed at inclusion, teacher training still presents significant gaps, such as the lack of a transversal approach to inclusion in undergraduate programs and the scarcity of accessible continuing education. Thus, the need for more effective training strategies is reinforced, including active methodologies, Universal Design for Learning (UDL), and the development of socio-emotional competencies, to better prepare teachers to act equitably and inclusively in the school environment.

Keywords: Inclusive education; Teacher training; Inclusive pedagogical practices; Universal Design for Learning (UDL); Active methodologies.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem sido um dos principais desafios enfrentados pelos sistemas educacionais em todo o mundo. Historicamente, o ensino esteve pautado em modelos excludentes que marginalizavam diversos grupos, especialmente aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

No Brasil, a educação especial foi institucionalizada ao longo do século XX em escolas e classes especializadas, segregando os estudantes do ensino regular. Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a implantação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) é que o país passou a adotar um modelo de ensino que busca a inclusão de todos os estudantes no ambiente escolar comum (Brasil, 2008; Mantoan, 2006).

Apesar dos avanços legislativos e das diretrizes educacionais voltadas à inclusão, a efetivação de uma educação equitativa ainda enfrenta desafios significativos. Dentre os principais obstáculos, destaca-se a insuficiência na formação docente para atuar em salas de aula diversas e inclusivas. Muitos professores relatam não se sentirem preparados para lidar com estudantes que necessitam de adaptações curriculares, apoio especializado e estratégias diferenciadas de ensino (Glat; Pletsch, 2012). Assim, compreender os desafios enfrentados pelos docentes e as estratégias formativas necessárias torna-se essencial para garantir uma educação de qualidade para todos.

O conceito de educação inclusiva baseia-se na premissa de que todos os estudantes têm direito ao acesso, à permanência e ao sucesso escolar em condições equitativas, independentemente de suas diferenças (Sasaki, 1997). A inclusão vai além da integração de alunos com deficiência; envolve também questões relacionadas à diversidade cultural, socioeconômica e étnico-racial, requerendo mudanças estruturais, pedagógicas e atitudinais no contexto escolar (Mittler, 2003).

Diante desse cenário, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar as principais estratégias de formação docente voltadas para a promoção de uma educação inclusiva e equitativa, identificando desafios e propostas que possam contribuir para a qualificação dos professores na construção de práticas pedagógicas inclusivas. Para tanto, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos: (1) Identificar na literatura acadêmica as principais abordagens

teóricas e metodológicas utilizadas na formação docente para a educação inclusiva; (2) Analisar os desafios enfrentados pelos professores na implementação de práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar; e (3) Investigar estratégias e propostas formativas que possam contribuir para a qualificação docente e a construção de uma educação equitativa.

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar a discussão sobre a formação docente na perspectiva inclusiva, considerando que a capacitação inadequada dos professores pode comprometer a implementação de políticas de inclusão e a aprendizagem dos estudantes. O fortalecimento da formação docente é fundamental para que a educação inclusiva se torne uma realidade efetiva nas escolas brasileiras, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais e para a promoção de uma sociedade mais justa e equitativa (Stainback; Stainback, 1999).

Portanto, espera-se que este estudo contribua para a compreensão dos processos formativos voltados para a educação inclusiva e que seus achados possam subsidiar novas propostas pedagógicas e políticas públicas na área da educação. A partir de uma revisão bibliográfica sistemática, será possível reunir evidências que colaborem para a construção de um ensino mais acessível e de qualidade para todos os estudantes.

2 METODOLOGIA

O presente estudo adotou a abordagem metodológica qualitativa, caracterizando-se como uma revisão bibliográfica integrativa. O objetivo é analisar publicações acadêmicas sobre formação docente e educação inclusiva. A escolha por uma revisão integrativa é fundamentada na necessidade de reunir e sintetizar evidências existentes, conforme descrito por Mendes *et al.* (2008), que destacam a importância desse tipo de revisão para oferecer uma compreensão mais abrangente das estratégias formativas que promovem uma educação equitativa e inclusiva.

A seleção das fontes foi composta por artigos, dissertações, teses e livros publicados em bases de dados reconhecidas, como SciELO, CAPES e Google Acadêmico. A busca foi realizada utilizando palavras-chave como “educação inclusiva”, “formação docente” e “estratégias pedagógicas inclusivas”. A priorização de publicações dos últimos vinte anos visa garantir a atualização e relevância dos dados, conforme recomendado por Pati *et al.* (2017). Os critérios

de inclusão seguiram parâmetros de pertinência ao tema, relevância acadêmica e qualidade metodológica dos estudos, alinhando-se às diretrizes propostas por Whittemore e Knafl (2005).

A análise dos dados foi realizada de forma temática, permitindo a identificação e categorização das principais abordagens teóricas e metodológicas, desafios enfrentados pelos docentes e estratégias formativas eficazes. Essa análise seguiu etapas específicas, conforme sugerido por Braun e Clarke (2006):

- 1. Leitura Crítica:** A leitura inicial dos textos selecionados permitiu a compreensão geral e a identificação dos principais argumentos.
- 2. Codificação:** Atribuição de códigos temáticos aos dados, conforme as categorias pré-estabelecidas, como: formação docente, práticas pedagógicas inclusivas e desafios na implementação da inclusão.
- 3. Síntese dos Resultados:** Os dados codificados foram organizados em uma matriz analítica, facilitando a visualização das convergências e divergências entre os estudos, conforme as orientações de Galvão e Silva (2018).

Para garantir a validade da análise, foi realizada uma triangulação dos dados, onde diferentes fontes e tipos de estudos foram comparados, conforme defendido por Denzin (1978). Adicionalmente, a reflexão crítica sobre os achados permitiu a construção de um entendimento mais profundo sobre a formação docente na perspectiva inclusiva, contribuindo para a formulação de propostas que possam ser aplicadas em contextos educacionais reais, alinhando-se ao que propõe Flick (2018).

Este estudo respeitou os princípios éticos de pesquisa, assegurando a correta atribuição de autoria e evitando plágio nas citações das obras revisadas, conforme os preceitos éticos estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Assim, espera-se que as reflexões e proposições resultantes desta revisão bibliográfica sirvam como base para o desenvolvimento de políticas educacionais mais eficazes e para o aprimoramento das práticas pedagógicas inclusivas, promovendo uma educação equitativa e acessível a todos os estudantes.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Educação Inclusiva e o Papel da Formação Docente

A educação inclusiva é um princípio fundamental para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições, tenham acesso, participação e progresso no ambiente escolar. Essa abordagem rompe com o modelo excludente historicamente presente nos sistemas educacionais, promovendo a valorização da diversidade e o respeito às diferenças individuais. Segundo Sasaki (1997), a inclusão escolar vai além da mera integração de alunos com deficiência, sendo um processo contínuo que envolve mudanças estruturais, pedagógicas e atitudinais para garantir um ensino acessível e equitativo. Dessa forma, a educação inclusiva não apenas beneficia os estudantes com necessidades específicas, mas fortalece uma cultura escolar mais democrática e plural.

O conceito de educação inclusiva está respaldado por diversas legislações e políticas públicas que visam assegurar o direito à educação de qualidade para todos. Internacionalmente, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU em 2006 e ratificada pelo Brasil com força de emenda constitucional em 2008, estabelece que os Estados devem garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis (ONU, 2006). No contexto nacional, a Constituição Federal de 1988 já assegura o direito à educação sem discriminação, princípio reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008 (Brasil, 2008). Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reforça a obrigatoriedade de práticas pedagógicas inclusivas e a adaptação curricular para atender às necessidades dos estudantes com deficiência (Brasil, 2015).

Embora os avanços legislativos sejam inegáveis, a efetivação da educação inclusiva ainda enfrenta desafios significativos, principalmente no que se refere à formação docente. A preparação dos professores para atuar em ambientes inclusivos é um fator determinante para o sucesso da implementação dessas políticas. No entanto, muitos cursos de licenciatura ainda abordam a inclusão de forma superficial, limitando-se a disciplinas isoladas sem uma abordagem transversal e prática (Glat; Pletsch, 2012). Essa lacuna na formação inicial compromete a segurança e a capacidade dos docentes de desenvolver estratégias

pedagógicas adaptadas à diversidade dos estudantes, resultando, muitas vezes, em práticas excludentes dentro da sala de aula.

A formação continuada surge como uma estratégia essencial para suprir essas lacunas e capacitar os professores para lidar com a heterogeneidade das turmas. Programas de atualização profissional, cursos de especialização e iniciativas de formação em serviço têm demonstrado impactos positivos na qualificação docente para a inclusão (Mittler, 2003). No entanto, a efetividade dessas ações depende de investimentos governamentais e da criação de políticas institucionais que incentivem e facilitem o acesso dos professores a esses programas. Sem esse suporte, muitos educadores acabam reproduzindo práticas tradicionais, sem as adaptações necessárias para atender às necessidades específicas dos alunos.

A implementação de práticas pedagógicas inclusivas exige dos professores não apenas conhecimentos teóricos, mas também habilidades práticas que favoreçam a flexibilização curricular e a adoção de metodologias inovadoras. O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) tem se destacado como uma abordagem que possibilita a adaptação dos conteúdos a diferentes perfis de aprendizagem, garantindo maior acessibilidade ao ensino (Meyer; Rose; Gordon, 2014). Além disso, metodologias ativas, como a aprendizagem colaborativa e o ensino baseado em projetos, podem contribuir significativamente para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e participativo (Stainback; Stainback, 1999).

Além dos aspectos pedagógicos, a formação docente deve contemplar o desenvolvimento de competências socioemocionais, uma vez que a inclusão também envolve atitudes e posturas acolhedoras por parte dos educadores. Segundo Flick (2018), a empatia, a paciência e a capacidade de lidar com desafios são elementos fundamentais para um ensino verdadeiramente inclusivo. Muitos professores, ao não se sentirem preparados emocionalmente para lidar com a diversidade em sala de aula, acabam desenvolvendo resistências à inclusão, o que reforça ainda mais a necessidade de uma formação que vá além do conteúdo técnico e aborde também aspectos subjetivos da prática docente.

Diante desse cenário, é evidente que a educação inclusiva depende, em grande medida, da qualificação dos professores. As legislações e políticas públicas representam um avanço significativo na garantia do direito à educação para todos, mas sua concretização requer mudanças estruturais na formação docente. É imprescindível que os cursos de licenciatura reformulem seus

currículos, incorporando práticas pedagógicas inclusivas de maneira transversal e efetiva. Além disso, a formação continuada deve ser incentivada como um processo permanente, garantindo que os educadores estejam sempre atualizados e preparados para promover uma educação equitativa. Somente assim será possível construir um sistema educacional verdadeiramente inclusivo, onde todos os estudantes tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente.

3.2 Desafios na Formação de Professores para a Inclusão

A formação de professores é um dos pilares essenciais para a implementação eficaz da educação inclusiva. Por meio desse processo, os educadores adquirem conhecimentos e desenvolvem habilidades necessárias para lidar com a diversidade nas salas de aula. No entanto, os cursos de licenciatura ainda apresentam limitações significativas no que se refere à abordagem da inclusão. Muitas graduações oferecem disciplinas isoladas sobre o tema, sem garantir uma perspectiva transversal que permita ao futuro professor compreender a inclusão como um princípio estruturante do ensino (Glat; Pletsch, 2012). Essa fragmentação curricular impede que os docentes tenham uma formação robusta para atuar em ambientes diversos, resultando em dificuldades na aplicação de práticas pedagógicas adaptadas às necessidades dos estudantes.

Além da superficialidade na formação inicial, os cursos de licenciatura frequentemente falham em proporcionar experiências práticas que preparem os professores para enfrentar os desafios da inclusão. A ausência de estágios supervisionados que contemplem a diversidade escolar faz com que os docentes recém-formados ingressem no mercado de trabalho sem o preparo adequado para lidar com alunos que necessitam de atendimento especializado (Mantoan, 2006). Assim, quando esses professores se deparam com a realidade da educação inclusiva, encontram dificuldades para adaptar metodologias, planejar atividades acessíveis e utilizar estratégias pedagógicas eficazes. Essa lacuna formativa contribui para a insegurança e a resistência de muitos educadores diante da inclusão.

Na prática pedagógica, os professores enfrentam diversos desafios para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva. Entre os principais obstáculos estão a falta de conhecimento sobre adaptações curriculares, a dificuldade em lidar com turmas heterogêneas e a escassez de suporte especializado dentro

das escolas (Mittler, 2003). Muitos docentes relatam que, mesmo após a formação inicial, não se sentem preparados para atender alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou dificuldades de aprendizagem. Além disso, a falta de materiais didáticos acessíveis e a carência de formação continuada agravam ainda mais essas dificuldades, tornando o processo de ensino-aprendizagem excludente para muitos estudantes.

As barreiras institucionais também representam um entrave significativo para a inclusão escolar. Muitas escolas não possuem infraestrutura adequada para atender alunos com deficiência, dificultando sua participação plena nas atividades pedagógicas (Brasil, 2008). Além disso, a resistência por parte da gestão escolar e a falta de uma cultura institucional voltada para a inclusão comprometem a eficácia das políticas educacionais voltadas à equidade. Quando a inclusão não é tratada como uma prioridade institucional, os professores enfrentam dificuldades para implementar práticas pedagógicas diferenciadas, pois não encontram respaldo na equipe gestora nem nos demais profissionais da escola.

A escassez de recursos pedagógicos específicos para a educação inclusiva é outro fator que dificulta o trabalho docente. A ausência de tecnologias assistivas, materiais adaptados e apoio de profissionais especializados, como intérpretes de Libras e mediadores, compromete a qualidade do ensino ofertado aos alunos com deficiência (Sassaki, 1997). Em muitas instituições, os professores precisam buscar alternativas por conta própria para atender às necessidades dos estudantes, o que gera sobrecarga de trabalho e frustração diante da impossibilidade de oferecer um ensino equitativo. Nesse contexto, é essencial que as políticas públicas garantam investimentos contínuos para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem na perspectiva da inclusão.

A formação continuada surge como uma alternativa essencial para suprir as deficiências da formação inicial e oferecer aos professores o suporte necessário para atuar de forma inclusiva. Programas de capacitação permanentes, cursos de especialização e espaços de troca de experiências entre docentes são estratégias que contribuem para o aprimoramento das práticas pedagógicas (Flick, 2018). No entanto, muitos desses programas ainda são limitados e pouco acessíveis, dificultando a adesão dos professores. É necessário que a formação continuada seja institucionalizada como parte da carreira docente, garantindo que todos os educadores tenham acesso a oportunidades de atualização profissional.

Diante desses desafios, torna-se evidente que a formação de professores para a inclusão precisa ser repensada e fortalecida. Os cursos de licenciatura

devem integrar conteúdos e práticas inclusivas de maneira transversal, proporcionando experiências que preparem os docentes para atuar em realidades diversas. Além disso, é fundamental que políticas públicas garantam suporte pedagógico, infraestrutura adequada e formação continuada acessível a todos os educadores. Somente por meio de um esforço coletivo será possível superar as barreiras que ainda limitam a inclusão escolar e construir um sistema educacional verdadeiramente equitativo, onde todos os estudantes tenham acesso a uma aprendizagem de qualidade.

3.3 Estratégias Formativas para uma Educação Equitativa

A formação docente desempenha um papel essencial na construção de uma educação equitativa e acessível para todos os estudantes. Para que os professores estejam preparados para atuar em ambientes inclusivos, é necessário que as estratégias formativas contemplem abordagens pedagógicas inovadoras, promovendo metodologias que favoreçam a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem. As metodologias ativas, por exemplo, têm se destacado como ferramentas eficazes na promoção da inclusão, pois permitem a adaptação do ensino às diferentes necessidades dos estudantes (Moran, 2018). Ao invés de um modelo tradicional centrado na transmissão de conteúdos, essas metodologias incentivam a autonomia, a colaboração e o protagonismo dos alunos, criando um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e acessível.

Entre as metodologias ativas aplicadas à educação inclusiva, destacam-se a aprendizagem baseada em projetos, a sala de aula invertida e o ensino híbrido. A aprendizagem baseada em projetos possibilita que os alunos desenvolvam habilidades por meio da resolução de problemas reais, favorecendo a construção coletiva do conhecimento e permitindo que cada estudante contribua de acordo com suas capacidades (Bender, 2014). Já a sala de aula invertida promove uma maior flexibilização do ensino, ao permitir que os alunos acessem os conteúdos previamente, garantindo que o tempo em sala seja utilizado para atividades mais interativas e adaptadas às suas necessidades específicas (Bergmann; Sams, 2012). Essas estratégias tornam o ensino mais acessível e eficaz, pois respeitam o ritmo de aprendizagem de cada estudante e estimulam sua participação ativa no processo educacional.

Além das metodologias ativas, outra abordagem fundamental para a inclusão é o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). O DUA propõe que

o ensino seja planejado de maneira flexível, considerando a diversidade dos estudantes desde o início do processo educacional, e não apenas como uma adaptação posterior (Meyer; Rose; Gordon, 2014). Essa abordagem se baseia em três princípios fundamentais: oferecer múltiplas formas de representação, para garantir que os alunos acessem a informação de maneiras diferentes; múltiplas formas de ação e expressão, permitindo que os estudantes demonstrem seu aprendizado de formas variadas; e múltiplas formas de engajamento, incentivando a motivação e a participação ativa dos alunos. Quando aplicadas na formação docente, essas diretrizes contribuem para que os professores desenvolvam práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes.

A implementação do DUA na educação requer que os professores tenham acesso a recursos didáticos diversificados e a tecnologias assistivas que ampliem as possibilidades de aprendizagem dos alunos com necessidades específicas. No entanto, muitos docentes ainda não recebem formação adequada para utilizar essa abordagem em sua prática pedagógica (Mantoan, 2006). Assim, a inserção do DUA nos currículos de formação inicial e continuada dos professores é essencial para garantir que a inclusão seja efetivada no cotidiano escolar. A criação de materiais pedagógicos acessíveis e a formação de redes de apoio entre educadores são estratégias que podem facilitar essa implementação, promovendo um ensino mais equitativo para todos.

Outro aspecto fundamental na formação docente para a inclusão é o desenvolvimento de competências socioemocionais. A educação inclusiva não se resume apenas a adaptações curriculares e metodológicas, mas também exige uma mudança de atitude dos professores em relação à diversidade (Flick, 2018). O desenvolvimento de habilidades como empatia, paciência, flexibilidade e resiliência é essencial para que os docentes consigam lidar com os desafios da inclusão e promover um ambiente de aprendizagem acolhedor. Estratégias formativas que incluem dinâmicas reflexivas, grupos de apoio e práticas colaborativas entre professores podem contribuir para o fortalecimento dessas competências e para a construção de uma cultura escolar mais inclusiva.

Além da formação inicial, a formação continuada dos professores é essencial para que eles se mantenham atualizados sobre novas práticas pedagógicas e estratégias de inclusão. Programas de capacitação contínua, cursos de especialização e *workshops* sobre metodologias inclusivas devem ser incentivados e acessíveis a todos os docentes (Stainback; Stainback, 1999). No entanto, a efetividade dessas formações depende de políticas públicas que garantam

investimentos na qualificação dos professores e na criação de espaços para troca de experiências entre educadores. Sem esse suporte, muitos docentes acabam enfrentando dificuldades para implementar práticas inclusivas, perpetuando um ensino excludente e desigual.

Diante desses desafios, torna-se evidente que a formação docente para a educação inclusiva deve ser pautada em abordagens inovadoras e no fortalecimento das competências dos professores. O uso de metodologias ativas, a adoção do Desenho Universal para a Aprendizagem e o desenvolvimento de competências socioemocionais são estratégias fundamentais para garantir que os docentes estejam preparados para atuar em contextos diversos. Além disso, a formação continuada deve ser vista como um processo permanente, assegurando que os professores tenham acesso a conhecimentos atualizados e a redes de apoio que os auxiliem na implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Somente por meio de um investimento contínuo na qualificação dos educadores será possível construir uma escola verdadeiramente equitativa, onde todos os estudantes tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi elaborado um quadro com os dados de artigos e obras selecionadas, proporcionando uma visualização mais clara e uma compreensão abrangente dos resultados. A seleção considerou publicações dos últimos 20 anos que abordam a temática e que respondiam à questão central do estudo. As fontes analisadas foram extraídas de bases de dados reconhecidas, como SciELO, CAPES e Google Acadêmico.

Quadro 1: Identificação dos resultados obtidos

Autor/Título	Objetivos Principais	Método	Principais Resultados
Mantoan (2006) “Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?”	Investigar os desafios e as possibilidades da inclusão escolar.	Pesquisa biblio- gráfica e análise de experiências práticas.	A inclusão requer mudanças estru- turais, formativas e atitudinais nas escolas.

Autor/Título	Objetivos Principais	Método	Principais Resultados
Glat e Pletsch (2012) “Políticas e Práticas de Educação Inclusiva no Brasil”	Analisar políticas públicas voltadas à inclusão educacional.	Revisão bibliográfica e estudo documental.	A legislação avançou, mas há falhas na formação de professores e na implementação prática.
Mittler (2003) “Educação Inclusiva: Contextos Sociais”	Explorar a interação entre educação inclusiva e contextos sociais.	Revisão teórica e estudo de casos.	A formação docente deve ser adaptável às necessidades dos alunos.
Sasaki (1997) “Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos”	Discutir o conceito de inclusão social e educacional.	Revisão bibliográfica.	A inclusão vai além da deficiência, abrangendo diversidades culturais, sociais e econômicas.
Stainback e Stainback (1999) “Inclusão: Um Guia para Educadores”	Apresentar estratégias pedagógicas inclusivas.	Pesquisa qualitativa e estudo de casos.	A colaboração entre professores, estudantes e comunidade é essencial para a inclusão.
Meyer, Rose e Gordon (2014) “Universal Design for Learning”	Examinar o papel do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).	Revisão bibliográfica e análise de políticas educacionais.	O DUA permite maior acessibilidade e personalização no ensino inclusivo.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A revisão dos estudos revela que, embora a educação inclusiva tenha avançado do ponto de vista teórico e legislativo, sua implementação ainda enfrenta desafios significativos. Mantoan (2006) destaca que a inclusão escolar exige mudanças estruturais, formativas e atitudinais, uma vez que apenas a inserção do estudante em sala de aula não garante seu aprendizado e participação plena. Da mesma forma, Glat e Pletsch (2012) evidenciam que, apesar dos avanços nas políticas públicas, há falhas na formação docente, o que compromete a efetividade da educação inclusiva.

Mittler (2003) ressalta a necessidade de uma formação docente flexível, capaz de se adaptar às diferentes realidades dos alunos, garantindo que os professores estejam preparados para lidar com a diversidade em sala de aula. Essa perspectiva é reforçada por Sasaki (1997), que amplia o conceito de inclusão para além da deficiência, englobando também diferenças culturais, sociais e econômicas, tornando essencial que a formação docente aborde a diversidade de forma integral.

No que tange às estratégias pedagógicas, Stainback e Stainback (1999) apontam que a colaboração entre professores, estudantes e comunidade escolar é fundamental para a inclusão. Isso implica a necessidade de formação continuada e de programas que incentivem a construção coletiva do conhecimento. Paralelamente, Meyer, Rose e Gordon (2014) destacam o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) como uma abordagem eficaz na personalização do ensino inclusivo, garantindo que os conteúdos sejam acessíveis a todos os estudantes.

Diante desses achados, torna-se evidente que a formação docente precisa ser revista e aprimorada para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva. Os estudos analisados convergem para a necessidade de currículos de formação inicial mais abrangentes, que integrem efetivamente o tema da inclusão e proporcionem experiências práticas significativas. Além disso, a capacitação continuada deve ser uma prioridade, garantindo que os professores tenham suporte técnico e metodológico para enfrentar os desafios diários da sala de aula inclusiva.

Por fim, os resultados apontam para a necessidade de investimentos em políticas públicas que garantam infraestrutura adequada, materiais didáticos acessíveis e apoio especializado dentro das escolas. Dessa forma, é possível não apenas cumprir as diretrizes legais de inclusão, mas também promover uma educação equitativa, que respeite e valorize a diversidade dos estudantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa evidenciou a importância da formação docente para a efetivação da educação inclusiva, destacando os desafios enfrentados pelos professores e as estratégias necessárias para promover uma prática pedagógica equitativa. A revisão bibliográfica revelou que, apesar dos avanços nas políticas públicas e nos marcos legais, ainda há lacunas significativas na formação inicial

e continuada dos professores, comprometendo a implementação de práticas inclusivas eficazes. A ausência de uma abordagem transversal da inclusão nos currículos de licenciatura, a escassez de formação continuada acessível e a falta de suporte institucional são obstáculos que dificultam a construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível investir em políticas públicas que garantam programas de formação inicial mais abrangentes e integrados, bem como oportunidades contínuas de capacitação para os docentes em exercício. Estratégias como metodologias ativas, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e o desenvolvimento de competências socioemocionais demonstraram ser abordagens eficazes para potencializar a inclusão escolar. Além disso, a criação de redes de apoio entre professores, especialistas e gestores pode contribuir para a troca de experiências e o fortalecimento das práticas inclusivas nas escolas.

Por fim, a pesquisa reforça a necessidade de um compromisso coletivo entre governo, instituições de ensino e educadores para garantir uma formação docente que atenda às demandas da diversidade presente nas salas de aula. O fortalecimento da educação inclusiva exige investimentos contínuos, mudanças estruturais e, sobretudo, uma nova cultura educacional que valorize a equidade como princípio fundamental. Somente por meio de uma formação docente qualificada e de políticas educacionais efetivas será possível construir um sistema de ensino acessível a todos, no qual cada estudante tenha garantido seu direito à aprendizagem e ao desenvolvimento pleno.

REFERÊNCIAS

BENDER, W. N. **Aprendizagem baseada em Projetos: Educação diferenciada para o século XXI**. Porto Alegre, Editora Penso, 2014.

BERGMANN, J.; SAMS, A. **Flip Your Classroom: reach every student in every class every day**. Eugene, Oregon: ISTE, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Brasília: Presidência da República, 2015.

BRAUN, V.; CLARKE, V. **Using thematic analysis in psychology**. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

DENZIN, N. K. **The research act: A theoretical introduction to sociological methods**. 2. ed. New York: McGraw-Hill, 1978.

FLICK, U. **An introduction to qualitative research**. 5. ed. London: Sage, 2018.

GALVÃO, T. F.; SILVA, V. F. A. *Análise qualitativa: uma abordagem teórico-prática*. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 18, n. 2, p. 45-62, 2018.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. **Políticas e Práticas de Educação Inclusiva no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2012.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MEYER, A.; ROSE, D. H.; GORDON, D. **Universal Design for Learning**. Cambridge: Harvard Education Press, 2014.

MENDES, K. D. S. et al. *Revisão integrativa: uma abordagem estruturada*. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 8, n. 2, p. 341-347, 2008.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MORAN, J. M. *Metodologias ativas para uma educação inovadora: contexto, desafios e práticas*. In: **BACICH, Lilian; MORAN, José Manuel** (orgs.). *Metodologias*

ativas para uma educação inovadora: do conceito à prática. Porto Alegre: Penso, 2018. p. 15-35.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nações Unidas, 2006.

PATI, A. K. et al. A importância da revisão da literatura em pesquisas científicas. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 17, n. 1, p. 85-99, 2017.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: Um Guia para Educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. *The integrative review: updated methodology*. **Journal of Advanced Nursing**, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005.